



## ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 1ª VARA DO TRABALHO DE SANTA RITA

Equipe de Correição: Adalcídio Pereira Júnior, Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Cleybson Ferraz Cascimiro, Eurício de Oliveira Pessoa, Marco Antônio Maia Pinheiro, Maria Elizabete dos Santos Melo, Reginaldo Pires Moura Brasil, Silvana Marsicano Franca, Simone Farias Perrusi e Talita Simões Leão.

Jurisdição	Baia da Traicao, Caldas Brandão, Capim, Cruz do Espírito Santo, Cuité de Mamanguape, Curral de Cima, Gurinhém, Itabaiana, Itapororoca, Jacaraú, Juripiranga, Lucena, Mamanguape, Marcação, Mataraca, Pedras de Fogo, Pedro Régis, Pilar, Riachão do Poço, Rio Tinto, Salgado de Sao Felix, Santa Rita, São José dos Ramos, São Miguel de Taipu, Sapé, Sobrado
Normativo de criação	Lei nº 10.770, de 21/11/2003
Data de instalação	10/12/2006
Data da última correição	4 de agosto de 2021
Período de correicionado	1º/7/2021 a 28/2/2022

Aos 22 dias do mês de março de 2022, sob a supervisão do Excelentíssimo Senhor Desembargador Vice-Presidente e Corregedor **THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE**, foi realizado o encerramento dos trabalhos correicionais da 1ª Vara do Trabalho de Santa Rita, em cumprimento ao disposto no inciso XI do artigo 31 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 003/2022 publicado no DA-e e DEJT, no sítio eletrônico deste Regional e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico.

O Desembargador Corregedor foi recebido pela Juíza titular, Nayara Queiroz Mota de Sousa, pelo Juiz substituto, José Artur da Silva Torres, pela Diretora de Secretaria e demais servidores lotados na Unidade Judiciária. Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos sistemas e-Gestão, Hórus e PJe referentes ao período de **1º/7/2021 a 28/2/2022** (8 meses) e nas informações prestadas pela Diretora de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

## **1. ESTRUTURA FUNCIONAL**

### **1.1 Magistrada Titular**

<b>Juíza Titular</b>	<b>Titularidade na Unidade</b>
Nayara Queiroz Mota de Sousa	Ato TRT SGP nº 99/2021 - 1º/6/2021

#### **1.1.2 Magistrado substituto fixo**

<b>Juiz Substituto Fixo</b>	<b>Fixação na Unidade</b>
José Artur da Silva Torres	Ato TRT SCR nº 13/2021 - 02/05/2021

### **1.2 Servidores lotados na Unidade**

A 1ª Vara do Trabalho de Santa Rita conta, atualmente, com **9** servidores:

<b>Servidor</b>	<b>Cargo/Função</b>	<b>Data lotação</b>
Alda Willa Queiroz de Oliveira Fernandes	Técnico Judiciário – Diretor de Secretaria	1º/6/2021
Edvanil Albuquerque Duarte Junior	Analista Judiciário – Assistente de Juiz Substituto	20/5/2021
Farnaces da Silva Pereira	Técnico Judiciário – Calculista	1º/9/2021
Flavia Rocha Pedrosa Quindere de Almeida Queiroz	Técnico Judiciário – Secretário de Audiência	7/11/2021
Luciana Maria Barbosa Gusmao	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	9/6/2021
Normando Primo Bitu	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Titular	1º/6/2021
Sandra Maria Silva Franca Feitosa	Técnico Judiciário – Secretario de Audiencia	31/1/2022

Valeria Ferreira da Rocha	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	11/6/2018
Yllen de Almeida Alves da Silva	Técnico Judiciário – Calculista	4/10/2021

A Unidade adota, quanto à forma de trabalho, a divisão de tarefas por faixa processual no sistema PJe, segundo informações prestadas pela Diretora de Secretaria, abaixo relacionado:

Setor	Faixa processual
Gabinete - assistentes	números pares e ímpares
Secretaria da Unidade	final de faixa
Audiência - digitadoras de audiência	pares e ímpares

## 2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: e-Gestão)

De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a 1ª Vara do Trabalho de Santa Rita contabilizava, em 28/2/2022, um acervo processual de **2.074** processos:

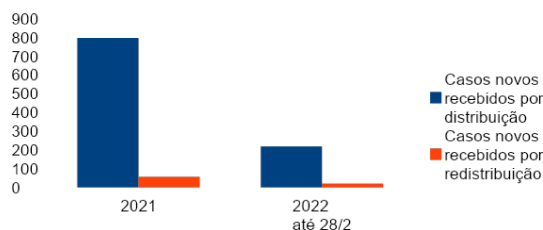
Item	Quantidade
Fase de conhecimento	955
Fase de liquidação	60
Fase de execução	1.035
Cartas precatórias e de ordem	24
<b>TOTAL</b>	<b>2.074</b>

### 2.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

#### 2.1.1 Casos novos

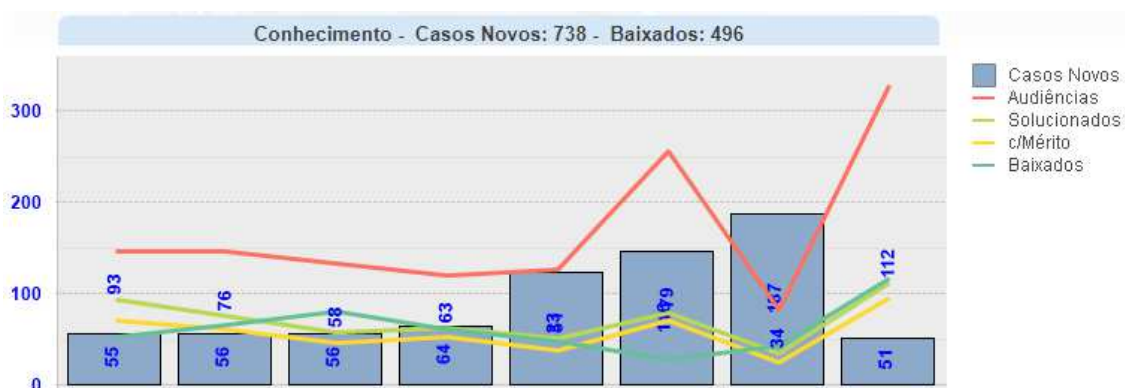
Item	2021	2022 até 28/2
Casos novos recebidos por distribuição	797	218
Casos novos recebidos por redistribuição	56	20

<b>TOTAL</b>	<b>853</b>	<b>238</b>
--------------	------------	------------



No período correicionado, há registro de 1 processo recebido com sentença anulada pelo próprio juízo (0000555-95.2021.5.13.0033) e 1 processo com sentença anulada pela instância superior (0000212-54.2020.5.13.0027).

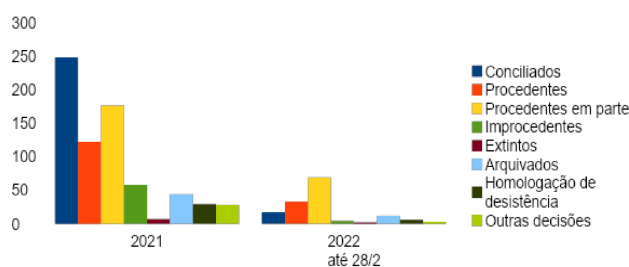
A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de conhecimento, no período correicionado (julho/2021 a fevereiro/2022):



## 2.2 Resolvidos na fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Item	2021	2022 até 28/2
Conciliados	248	17
Procedentes	122	33
Procedentes em parte	176	69

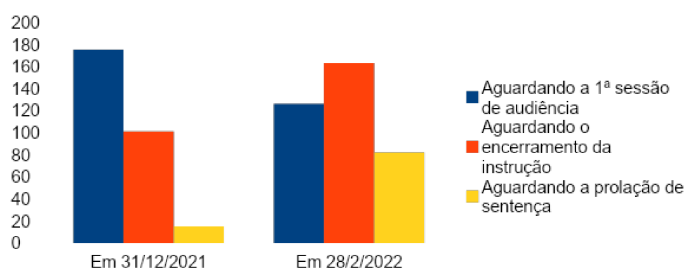
Improcedentes	58	4
Extintos	7	2
Arquivados	44	12
Homologação de desistência	29	6
Outras decisões	28	3
<b>TOTAL</b>	<b>712</b>	<b>146</b>



### 2.3 Pendentes de solução (Fonte: Hórus)

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:

Item	Em 31/12/2021	Em 28/2/2022
Aguardando a 1ª sessão de audiência	175	126
Aguardando o encerramento da instrução	101	163
Aguardando a prolação de sentença	15	82
<b>TOTAL</b>	<b>291</b>	<b>371</b>



### 2.4 Pendentes de finalização (Fontes: e Hórus)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados\*, ou seja, aqueles processos que, embora já tenham decisão, cálculos de liquidação ou tenha sido satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de baixa processual.

Item	2021	2022 até 28/02	Variação (%) 2020/2021
Fase de conhecimento	965	955	-1,04%
Fase de liquidação	40	60	50%
Fase de execução	1.070	1.035	-3,27%

\*Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com início da fase de liquidação ou de execução. Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada. Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

### 3. PANORAMA DAS AUDIÊNCIAS

#### 3.1 Dias da semana em que se realizaram audiências, com o seu respectivo quantitativo:

Audiência	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Inicial	324	77	122	3	97
Conciliação em conhecimento	13	7	6	12	8
Conciliação em Execução	12	16	95	86	9
Una	10	16	11	15	24

Segundo informações prestadas pela Diretora de Secretaria, a Unidade correicionada realiza audiências de segunda a quinta-feira. Informou, ainda, que a Unidade, nos últimos dois meses está realizando audiências às sextas-feiras.

### 3.2. Audiências realizadas na jurisdição de João Pessoa e unidade correicionada (Fonte: Hórus)

MÊS	1ª VTJP	2ª VTJP	3ª VTJP	4ª VTJP	VTJP	6ª VTJP	7ª VTJP	8ª VTJP	9ª VTJP	10ª VTJP	11ª VTJP	12ª VTJP	13ª VTJP	1ª VTSR	MÉDIA, excluída a unidade correicionada
07/21	106	99	145	93	96	57	114	51	93	43	135	142	160	145	102,6
	113	172	192	132	146	138	70	85	80	104	140	145	173	145	130
09/21	133	159	213	182	157	121	198	97	130	94	167	212	166	132	156,1
10/21	115	157	112	122	113	140	187	48	130	91	120	87	116	119	118,3
11/21	92	180	132	106	128	186	306	82	139	127	123	95	115	126	139,3
12/21	66	137	185	45	69	100	130	61	101	76	60	64	101	256	91,9
01/22	63	103	98	85	17	37	61	14	44	50	17	30	46	82	51,1
02/22	98	93	157	159	55	151	130	104	157	154	140	66	104	328	120,6
<b>TOTAL</b>	786	1100	1234	924	781	930	1196	542	874	739	902	841	981	1333	910

## 4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

### 4.1 Fase de conhecimento (Fontes: e Hórus)

Fase de conhecimento	2021	2022 até 28/2
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência	33	47
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução	43	40
Do ajuizamento até o encerramento da instrução	83	79
Da conclusão à prolação da sentença	10	14
Do ajuizamento até a prolação da sentença	81	90

## 5. INCIDENTES PROCESSUAIS (Fonte: Hórus)

Item	2021	2022 até 28/2
------	------	---------------

<b>Embargos de declaração</b>	Recebidos	149	14
	Baixados	144	15
	<b>Pendentes</b>	<b>13</b>	<b>12</b>
<b>Tutela Provisórias</b>	Recebidos	82	26
	Apreciadas	65	36
	<b>Pendentes</b>	<b>26</b>	<b>9</b>
<b>Liquidação /Execução</b>	Recebidos	20	8
	Baixados	18	5
	<b>Pendentes</b>	<b>6</b>	<b>10</b>

## 6. RECURSOS INTERPOSTOS (Fonte: Hórus)

<b>1º/7/2021 a 28/2/2022</b>			
<b>Item</b>	<b>Interpostos</b>	<b>Remetidos</b>	<b>Pendentes</b>
Recurso ordinário	294	275	22
Recurso adesivo	18	17	1
Agravo de petição	45	38	7
<b>Total</b>	<b>357</b>	<b>330</b>	<b>30</b>

## 7. DURAÇÃO DO PROCESSO NAS FASES DE CONHECIMENTO E EXECUÇÃO (Fonte: Hórus)

No que se refere ao tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento, elemento importante na garantia dos princípios da duração razoável do processo e efetividade, temos os seguintes números para o ano-base **2021**: **62** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **139** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **88** dias. O prazo praticado pela Unidade neste exercício, até o dia **28/02**, é de **87** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e de **121** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **91** dias. Em relação a todas as classes processuais, o tempo médio de duração do processo é de **81** dias, para o ano base de **2021**, e de **90** dias, relativo a este ano de **2022**, até 28 de fevereiro.



Quanto à fase de execução, o tempo médio de duração do processo, relativo a todas as classes processuais no exercício de **2021**, foi de **1.167** dias, e de **1.336** dias, referente ao exercício atual até o dia 28 de fevereiro.

## 8. FASE DE EXECUÇÃO (Fonte: e-Gestão e Hórus)

Item	2021	2022 até 28/2
Execuções pendentes no início do período	710	679
Execuções iniciadas	227	139
Desarquivados	18	17
Recebidos de outros Órgãos	17	-
Execução de título extrajudicial	8	-
Execuções encerradas	335	190
Remetidos a outros Órgãos	27	-
Processos arquivados provisoriamente	79	62
<b>Processos pendentes de execução ao fim do período</b>	<b>679</b>	<b>650</b>

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de execução, no período correccionado (julho/2021 a fevereiro/2022):



## 9. PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: Hórus)

**VALORES PAGOS (R\$)**

Item	Sistema	2021	2022 até 28/2
Acordo	PJe	R\$ 3.256.616,97	R\$ 1.220.101,86
Espontâneo	PJe	R\$ 622.492,60	R\$ 383.770,44
Execução	PJe	R\$ 709.984,12	R\$ 38.329,68
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 4.589.093,69</b>	<b>R\$ 1.642.201,98</b>

<b>VALORES ARRECADADOS (R\$)</b>			
Item	Sistema	2021	2022 até 28/2
Custas/Emolumentos	PJe	R\$ 83.642,38	R\$ 57.924,68
Contribuição previdenciária	PJe	R\$ 4.515.113,86	R\$ 57.300,31
Imposto de renda	PJe	R\$ 5.661,71	-
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 4.604.417,95</b>	<b>R\$ 115.224,99</b>

## 10. DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO

### 10.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução

Constatou o Desembargador Corregedor a utilização das ferramentas abaixo relacionadas:

<b>PERÍODO CORREICIONADO 1º/07/2021 a 28/02/2022</b>		
Item	Sistema	Quantidade
SISBAJUD	PJe	<b>132</b>
INFOJUD	PJe	<b>102</b>
SIMBA	PJe	-
RENAJUD	PJe	<b>96</b>
BNDT	Pendentes (PJe)	<b>75</b>
	Incluídos (PJe)	<b>345</b>

## 11. METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

<b>Meta 1/2021 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente</b>	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	110,80%
Unidade Correicionada	86,62%

<b>Meta 1/2022 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente</b>	
Unidades de primeiro grau do TRT	91,95%
Unidade Correicionada	61,47%

Para efeito de controle da **Meta 1/2022**, foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **218** casos novos (por distribuição) e **134** com primeiro julgamento, atingindo o percentual de **61,47%**.

<b>Meta 2/2021 – Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019 nos 1º e 2º graus</b>	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	105,30 % da Meta 2
	97,93% dos processos distribuídos até 31/12/2019
Unidade Correicionada	107,53 % da Meta 2
	100% dos processos distribuídos até 31/12/2019

<b>Meta 2/2022 – Identificar e julgar, até 31/12/2022, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2020 nos 1º e 2º grau</b>	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	102% da Meta 2
	94,86% dos processos distribuídos até 31/12/2020
Unidade Correicionada	98,83% da Meta 2
	91,91% dos processos distribuídos até 31/12/2020

<b>Meta 3/2021 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual</b>	
IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: <b>38,50% em 2021</b>	

Unidades de primeiro grau do TRT	100,92% da Meta 3
	38,86% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	114,36% da Meta 3
	44,03% de índice de conciliação

**Meta 3/2022 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2019/2020, em 1 ponto percentual**

IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: **40% em 2022**

Unidades de primeiro grau do TRT	72,85% da Meta 3
	70,52% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	36% da Meta 3
	31,76% de índice de conciliação

**Meta 5/2021 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida em 2 pontos percentuais, exceto execuções fiscais, em relação à 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%.**

IPJ – Índice de Processos Julgados

Unidades de primeiro grau do TRT	121,72%
Unidade Correicionada	96,39%

**Meta 5/2022 – Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente**

IPJ – Índice de Processos Julgados

Unidades de primeiro grau do TRT	53,28%
Unidade Correicionada	56,09%

**Indicadores**

Período	BaixCon	BaiExe	PendCon	PendExe	TCL Conhecimento	TCL Execução	TCL
2022-01	43	55	538	511	92,60	90,28	91,46
2022-02	116	129	467	498	74,60	73,02	73,78

## 12. AFERIÇÃO DE DESEMPENHO EM ÂMBITO NACIONAL - IPC-Jus e Igest

O índice de produtividade comparada da Justiça busca resumir a produtividade e a eficiência relativa dos tribunais em um escore único, produzido com base

---

no Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM), no Índice de Produtividade dos Servidores (IPS), na Despesa Total do Tribunal e na Taxa de Congestionamento Líquida (TCL).

Embora os dados individualizados por vara do trabalho não sejam fornecidos pelo CNJ, considerando-se as variáveis analisadas, o que se observa é que o fator principal a ser buscado pelas unidades judiciárias é o aumento de processos baixados, obtido com o incremento da produtividade de magistrados e servidores. Observa-se, dos dados a seguir apresentados, uma redução no quantitativo de processos baixados da unidade judiciária correicionada, no que se refere à fase de conhecimento, entre os anos de 2020 e 2021, e aumento em 2022, enquanto que na fase de execução houve aumento entre os anos de 2020 e 2021, e, nos primeiros meses de 2022, proporcionalmente.

<b>Processos baixados</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b> até 28/02
Fase de conhecimento	708	619	159
Fase de execução	332	453	181

Deverá a unidade judiciária intensificar a inclusão de processos em pautas de audiências, conciliatórias e de instrução, assim como incrementar a utilização de ferramentas eletrônicas na fase de execução, com vistas à diminuição do acervo de processos, medidas que decerto contribuirão para a melhoria do índice IPC-Jus deste Regional.

Em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - Igest, a 1ª Vara do Trabalho de Santa Rita encontra-se na **558ª colocação**, entre as 1571 varas do país (**2º quartil**).

Já no quadro comparativo entre as 3 mais bem colocadas Varas do Trabalho com quantitativo de casos novos entre 1001 e 1500 (474 varas no total), a unidade correicionada encontra-se com as seguintes colocações conforme os mesoindicadores (período de referência 1º/01/2021 a 31/12/2021):

TRT/Vara	IGEST	Acervo peso 0,2	Celeridade peso 0,2	Produtivi- dade peso 0,2	Taxa de congestio- namento peso 0,2	Força de trabalho peso 0,2
12ª Região - MT - 1ª Vara de Fraiburgo	1º	1º	9º	56º	7º	43º
6ª Região - PE - 2ª Vara de Ribeirão	2º	8º	104º	3º	1º	76º
3ª Região - MG - 1ª Vara de Alfenas	3º	13º	15º	214º	2º	12º
<b>13ª Região - PB - 1ª Vara de Santa Rita</b>	<b>216º</b>	<b>234º</b>	<b>101º</b>	<b>355º</b>	<b>202º</b>	<b>192º</b>

São apresentadas, ainda, as seguintes variáveis para as Varas do Trabalho acima indicadas:

TRT/Vara	IGEST	Prazo na fase de conheci- mento	Prazo na fase de liquidação	Prazo na fase de execução
12ª Região - MT - 1ª Vara de Fraiburgo	1º	39,14	32,88	582,34
6ª Região - PE - 2ª Vara de Ribeirão	2º	91,05	52,04	1.328,65
3ª Região - MG - 1ª Vara de Alfenas	3º	74,71	63,21	413,38
<b>13ª Região - PB - 1ª Vara de Santa Rita</b>	<b>216º</b>	<b>80,6</b>	<b>202</b>	<b>1.166,43</b>

TRT/Vara	IGEST	Baixados na fase de conhecimento	Baixados na fase de execução	Servidores ativos
12ª Região - MT - 1ª Vara de Fraiburgo	1º	886	90	8
6ª Região - PE - 2ª	2º	391	669	9

Vara de Ribeirão				
3ª Região - MG - 1ª Vara de Alfenas	3º	823	476	8
<b>13ª Região - PB - 1ª Vara de Santa Rita</b>	<b>216º</b>	<b>619</b>	<b>453</b>	<b>9</b>

Observando os mesoindicadores do eGestão, pode-se fazer o comparativo entre os períodos de referência de um ano cada, finalizados nos meses de março, junho, setembro e dezembro/2021, encontrando-se a 1ª Vara do Trabalho de Santa Rita nas seguintes colocações entre todas as 1.571 varas do país (consulta realizada em 14/03/2022):

MÊS	IGEST	Acervo	Celeridade	Produtividade	Taxa de congestionamento	Força de trabalho
março 2021	139º	142º	64º	298º	243º	464º
junho 2021	298º	135º	260º	430º	490º	726º
setembro 2021	287º	183º	316º	336º	448º	654º
dezembro 2021	558º	559º	282º	1.069º	536º	631º

A título ilustrativo, também em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - IGest, as Varas do Trabalho de João Pessoa e a 1ª de Santa Rita encontram-se com as seguintes colocações, entre as 1.571 varas do país (período de referência 1º/01/2021 a 31/12/2021):

Vara	Colocação no IGEST
13ª JPA	76ª
11ª JPA	80ª
3ª JPA	109ª

12ª JPA	215 <sup>a</sup>
10ª JPA	247 <sup>a</sup>
5ª JPA	249 <sup>a</sup>
6ª JPA	316 <sup>a</sup>
7ª JPA	323 <sup>a</sup>
2ª SANTA RITA	325 <sup>a</sup>
1ª JPA	342 <sup>a</sup>
4ª JPA	427 <sup>a</sup>
<b>1ª SANTA RITA</b>	<b>558<sup>a</sup></b>
9ª JPA	614 <sup>a</sup>
8ª JPA	786 <sup>a</sup>
2ª JPA	888 <sup>a</sup>

Ainda para demonstrar os números obtidos pela 1ª Vara do Trabalho de Santa Rita, no que se refere aos prazos de janeiro a dezembro de 2021:

<b>Ajuizamento até a prolação da sentença</b>	
1ª Vara do Trabalho de Santa Rita	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
80,6 dias	194 dias
<b>Início ao encerramento da liquidação</b>	
1ª Vara do Trabalho de Santa Rita	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
202 dias	204 dias

<b>Início à extinção da execução - ente privado</b>	
1ª Vara do Trabalho de Santa Rita	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
1.191 dias	1.048 dias

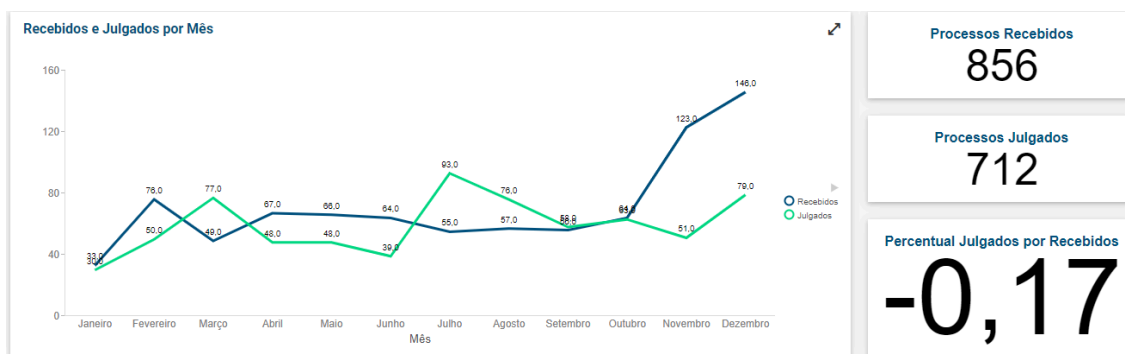


<b>Início à extinção da execução - ente privado</b>	
<b>Início à extinção da execução - ente público</b>	
1ª Vara do Trabalho de Santa Rita	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
428,2 dias	824,6 dias

<b>Do ajuizamento da ação até o arquivamento no 1º grau</b>	
1ª Vara do Trabalho de Santa Rita	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
971,1 dias	1.040 dias

Com relação ao percentual de processos julgados por recebidos no período de janeiro a dezembro/2021, o Portal e-Gestão apresenta os seguintes dados:

<b>Percentual de processos julgados por recebidos</b>	
1ª Vara do Trabalho de Santa Rita	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
-16,8%	5%



## JUÍZES

### 13. AFASTAMENTOS DE JURISDIÇÃO

**Juíza Titular** (Fonte: PROAD e SAOAdm)

Motivação	Normativo	Período	Dias
Férias	SAOAdm	8/9/2021 a 27/9/2021	20
Férias	Proad nº 25027/2021 e SAOAdm	22/1/2022 a 10/2/2022	20

### Juiz Substituto (Fonte: PROAD e SAOAdm)

Motivação	Normativo	Período	Dias
Férias	Proad nº 25027/2021 e SAOAdm	24/2/2022 a 28/2/2022	5

### 13.1 Assiduidade dos magistrados

Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face da Magistrada titular e dos Juízes que atuaram na Vara durante o período correicionado.

### 13.2 Audiências realizadas (1º/7/2021 a 28/2/2022) (Fonte: Hórus)

	Una	Encerramento Instrução	Instrução	Inicial	Conciliação Conhecimento	Conciliação Execução	Total
Nayara Queiroz Mota de Sousa	51	52	105	285	21	176	690
Jose Artur da Silva Torres	25	37	164	340	23	31	620

### 13.4 Incidentes julgados (Fonte: Hórus)

Magistrados	Embargos de declaração	Antecipação de tutela	Liquidação/ Execução	Total
Fernando Luiz Duarte Barboza	4	-	-	4
Jose Artur da Silva Torres	54	39	5	98
Nayara Queiroz Mota de Sousa	54	39	12	105
Paulo Nunes de Oliveira	3	-	-	3

### 14. PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS – SOLUCIONADOS (Fonte: Hórus)

Magistrado	Com Exame do mérito						Sem Exame do mérito			Total
	Conciliação	Procedente	PP	Improcedente	Extinto	Outras Decisões	Arquivado	Extinto	Desistência /Outras Decisões	
Fernando Luiz Duarte Barboza	-	-	5	1	-	-	-	-	-	6
Jose Artur da Silva Torres	80	81	83	20	-	-	28	3	17	312
Nayara Queiroz Mota de Sousa	58	41	104	14	-	-	6	3	15	241
Paulo Nunes de Oliveira	-	2	3	2	-	-	-	-	-	7

No período correccionado, a Juíza titular laborou 203 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 1,19 processo/dia. O Juiz substituto laborou 238 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 1,31 processo/dia.

Quanto aos demais juizes que atuaram na Unidade, não é razoável aqui se registrar a média de produção em razão da intermitência de atuação.

#### 14.1. Processos sentenciados por classe processual (Fonte: Hórus)

Classe	Quantidade
Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	354
Ação Trabalhista - Rito Ordinário	137
Ação Trabalhista - Rito Sumário (Alçada)	35
Homologação da Transação Extrajudicial	14
Consignação em Pagamento	13
Embargos de Terceiro Cível	8
Ação Civil Coletiva	2
Produção Antecipada da Prova	2

Tutela Cautelar Antecedente	1
-----------------------------	---

## 15. SENTENÇAS LÍQUIDAS (Fonte: Hórus)

Magistrado	Sentenças Líquidas	%
Nayara Queiroz Mota de Sousa	138	95,17%
Jose Artur da Silva Torres	156	95,12%
Fernando Luiz Duarte Barboza	5	100%
Paulo Nunes de Oliveira	0	0

## 16. PROCESSOS JULGADOS NO PRAZO LEGAL

Magistrado	Total
Fernando Luiz Duarte Barboza	6
José Artur da Silva Torres	312
Nayara Queiroz Mota de Sousa	241
Paulo Nunes de Oliveira	7

### 16.1 Prazo médio da conclusão à prolação da sentença: 14 dias

Magistrado	Dias
Fernando Luiz Duarte Barboza	5
José Artur da Silva Torres	14
Nayara Queiroz Mota de Sousa	15
Paulo Nunes de Oliveira	16

## 17. OBSERVATÓRIO

No período compreendido entre a data designada para a correção do ano de 2021 e a presente correção, foi realizado o segundo ciclo de 2021 no mês de novembro, tendo a juíza titular enviado resposta em 18/03/2022. Destacou o ajuizamento de 142 processos no mês de dezembro, dificultando o cumprimento da Meta 1 e que o aumento dos processos na fase de liquidação

---

é resultado do ajuizamento de ações de cumprimento de sentença, bem como reforçou o compromisso de velar pelo andamento regular dos processos e registros pertinentes.

Relatou, no que se refere ao Sisbajud, que, com a remoção, não foi possível fazer a conferência e proceder aos registros necessários.

O Observatório é ferramenta importante, também, para gestão de dados pela própria unidade, podendo ser extraído relatório a qualquer tempo por meio do gabinete virtual -> Intranet -> Institucional-> Corregedoria -> Sistemas de geração de atas de correição ->Observatório Dashboard.

## **18. GARIMPO**

De acordo com o Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT n. 01, de 14 de fevereiro de 2019, bem como o ATO TRT SCR 017/2020, que dispõem sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente, por meio do relatório disponível no PJe (Relatórios Gerenciais), foram registrados, entre julho de 2021 e fevereiro de 2022 - 8 meses, os pagamentos discriminados abaixo:

Devolução ao reclamado	R\$ 28.277,57
Pagamento ao reclamante	R\$ 137.254,34
Pagamento ao advogado	R\$ 14.999,14
Recolhimento de custas	R\$ 4.934,39
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 185.465,44</b>

Reforça-se a observância da Recomendação TRT13 SCR 04/2019, a fim de que, ao arquivamento dos autos, proceda à conferência de inexistência de contas com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, fato não

---

ocorrido, por exemplo, nos processos 0000327-12.2019.5.13.0027, 0000452-14.2018.5.13.0027, 0000953-65.2018.5.13.0027.

O Corregedor destaca a necessidade de que sejam adotadas as devidas providências para o saneamento dos processos arquivados definitivamente com saldo em contas judiciais, bem como registro, no sistema Garimpo, das contas movimentadas relativas aos processos arquivados, único meio atual para apuração do trabalho desempenhado em observância ao que dispõe o Ato TRT13 SCR 17/2020.

## **19. CAPACITAÇÃO**

O Ato TRT13 SCR Nº 28/2022 destaca, como item a ser incluso na ata de correição, a participação em cursos por magistrados e servidores.

Segundo informações prestadas pela EJud (PROAD Nº 2317/2022), o Juiz substituto da Unidade correicionada José Artur da Silva Torres não participou de cursos voltados à conciliação e mediação e à efetividade da execução, como também não frequentou atividades de formação continuada pelo período mínimo de 30 horas-aula por semestre (art. 3º da Resolução ENAMAT nº 09/2011).

A juíza titular Nayara Queiroz Mota de Sousa participou dos Cursos de Novas Práticas de Conciliação e Mediação (fevereiro de 2021) e de Técnicas Avançadas em Conciliação e Mediação (abril de 2021), realizados pela Ejud, bem como de cursos de Conciliação e Mediação realizados pela Enamat nos meses de abril, junho e setembro, tendo frequentado atividades de formação continuada pelo período mínimo de 30 horas-aula por semestre (art. 3º da Resolução ENAMAT nº 09/2011).

As capacitações realizadas pelos servidores, consoante informado pela Segepe (PROAD Nº 2777/2022) estão abaixo descritas:

Servidores	Descrição
<p><b>ALDA WILLA QUEIROZ DE OLIVEIRA FERNANDES</b></p>	<p>TRT - FERRAMENTAS ELETRÔNICAS DE AUXÍLIO À EXECUÇÃO TRABALHISTA - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>SEMINÁRIO RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA: INOVAÇÕES E COOPERAÇÃO JURISDICIONAL / ENAMAT - CNEET</p> <p>TRT - UTILIZAÇÃO OTIMIZADA DA FERRAMENTA ZOOM / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - ÉTICA JUDICIAL NA ERA DIGITAL PARA MAGISTRADOS - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>LIVE Nº 07/2021 - WEBINÁRIO ATUALIZAÇÃO DE CRÉDITOS TRABALHISTAS</p> <p>LIVE Nº 04/2021 PAINEL ON-LINE - SELIC, IPCA-E E JUROS: COMO FICAM OS CRÉDITOS TRABALHISTAS APÓS A ADC Nº 58? / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 4ª REGIÃO</p> <p>CICLO DE DEBATES JUSTA QUESTÃO - TEMA I: CORREÇÃO MONETÁRIA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 1ª REGIÃO</p> <p>TRT - FORMAÇÃO DE LÍDERES E GESTORES PÚBLICOS / ESAFI ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E TREINAMENTO</p> <p>TRT - GESTÃO DE PRECATÓRIOS - GPREC / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - GOVERNANÇA DE AQUISIÇÕES COM ÊNFASE EM RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - GOVERNANÇA E GESTÃO DA MUDANÇA NA JUSTIÇA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO GERENCIAL / PRO VALORE CONSULTORIA E TREINAMENTO GERENCIAL</p> <p>TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - PANDEMIA, DIREITOS HUMANOS E TUTELA INTERNACIONAL - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - PLATAFORMA ZOOM - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - REFORMA TRABALHISTA DIALOGADA - MÓDULO II: DIREITO INDIVIDUAL - TURMA 1/2021 / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>

<p><b>FARNACES DA SILVA PEREIRA</b></p>	<p>LIVE Nº 07/2021 - WEBINÁRIO ATUALIZAÇÃO DE CRÉDITOS TRABALHISTAS APÓS A DECISÃO DO STF / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 22ª REGIÃO</p> <p>TRT - ATUALIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>
<p><b>FLAVIA ROCHA PEDROSA QUINDERE DE ALMEIDA QUEIROZ</b></p>	<p>TRT - NOÇÕES BÁSICAS DE LIBRAS - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>
<p><b>LUCIANA MARIA BARBOSA GUSMAO</b></p>	<p>TRT - INOVAÇÃO JUDICIAL - MINICURSO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - GOVERNANÇA E GESTÃO DA MUDANÇA NA JUSTIÇA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO GERENCIAL / PRÓ LABORE CONSULTORIA E TREINAMENTO GERENCIA</p> <p>TRT - GESTÃO DE PRECATÓRIOS - GPREC / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>
<p><b>NORMANDO PRIMO BITU</b></p>	<p>TRT - REFORMA TRABALHISTA DIALOGADA - MÓDULO II: DIREITO INDIVIDUAL - TURMA 1/2021 / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - REFORMA TRABALHISTA DIALOGADA - MÓDULO I: ASPECTOS PROCESSUAIS - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / EJUD 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - PLATAFORMA ZOOM - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - NEGOCIAÇÃO COLETIVA: LIMITES, POSSIBILIDADES E PROCEDIMENTALIDADE / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>LIVE Nº 07/2021 - WEBINÁRIO ATUALIZAÇÃO DE CRÉDITOS TRABALHISTAS APÓS A DECISÃO DO STF / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 22ª REGIÃO</p>
<p><b>SANDRA MARIA SILVA FRANCA FEITOSA</b></p>	<p>TRT - UTILIZAÇÃO OTIMIZADA DA FERRAMENTA ZOOM / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - PLATAFORMA ZOOM - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - SAÚDE MENTAL E TRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>



<p><b>VALERIA FERREIRA DA ROCHA</b></p>	<p>TRT - FERRAMENTAS ELETRÔNICAS DE AUXÍLIO À EXECUÇÃO TRABALHISTA - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - ATUALIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO (TURMA DEZ/2020) / ENAP</p> <p>INTRODUÇÃO A LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (TURMA DEZ/2020) / ENAP</p> <p>GESTÃO ESTRATÉGICA COM FOCO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - TURMA 1 / ILB</p> <p>DIREITO ADMINISTRATIVO PARA GERENTES NO SETOR PÚBLICO - TURMA 1 / ILB</p> <p>TRT - FERRAMENTAS GOOGLE (G SUÍTE) - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>
<p><b>YLLEN DE ALMEIDA ALVES DA SILVA</b></p>	<p>TRT - GESTÃO DE PRECATÓRIOS - GPPEC / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>

<p>SERVIDOR SEM REGISTRO DE CAPACITAÇÕES NO PERÍODO CORREICIONADO</p>
<p><b>EDVANIL ALBUQUERQUE DUARTE JÚNIOR</b></p>

Da análise das informações prestadas, evidenciada a baixa participação em atividades de capacitação promovidas pela Escola Judicial de alguns servidores, observa-se que se faz necessário que os gestores incentivem os servidores a participarem de capacitações específicas voltados à efetividade da atividade jurisdicional, bem como que o magistrado José Artur da Silva Torres participe de capacitações voltadas, primordialmente, à conciliação, mediação e efetividade da execução.

## 20. PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

### Processos analisados

---

Foram analisados processos, por amostragem, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT SCR nº 067/2020, havendo a prolação de 16 despachos correicionais no PJe.

Concede o Desembargador Corregedor o prazo de 10 dias para cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.

Segundo informações prestadas pelo supervisor da Ouvidoria, conforme artigo 2º, II, a, do Ato TRT SCR nº 067/2020, não foram registradas denúncias na Ouvidoria nos últimos seis meses.

## **21. RECOMENDAÇÕES**

### **Aos Juízes**

#### **1. Recomendações gerais**

- a) observar o estabelecido na Resolução Administrativa TST nº 1470/2011 quanto à prática de inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT, conforme o caso;
- b) adotar o procedimento de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica na forma disciplinada pela CLT, art. 855-A;
- c) observar as determinações constantes da Recomendação Conjunta GP.CGJT nº 3/2013 no sentido de encaminhar cópias das sentenças que reconheçam agentes insalubres no meio ambiente do trabalho ao endereço eletrônico [sentencas.dsst@mte.gov.br](mailto:sentencas.dsst@mte.gov.br) do Ministério do Trabalho e Emprego, com cópia para o endereço eletrônico [insalubridade@tst.jus.br](mailto:insalubridade@tst.jus.br), a fim de subsidiar o planejamento de ações de fiscalização;
- d) diligenciar nos processos em execução encaminhados ao arquivo provisório em decorrência do deferimento da recuperação judicial, de modo que, com o seu encerramento ou com o encerramento da quebra em que ela tenha sido

---

convocada (art. 156 e seguintes da Lei 11.101/2005), seja retomado o prosseguimento, para cobrança dos créditos que não tenham sido totalmente satisfeitos (art. 114 da Consolidação dos Provimentos da CGJT);

e) visitar os processos que se encontram em arquivo provisório com execução suspensa, a fim de renovar providências coercitivas por meio da utilização dos sistemas Sisbajud, Renajud, Infojud, Simba, Serasajud, CNIB, CENSEC, dentre outros, conforme disciplinamento do art. 108, III, da Consolidação dos Provimentos da CGJT;

f) observar as recomendações e provimentos editados pela Corregedoria Regional, em especial a Recomendação TRT13 SCR nº 004/2019 (Projeto Garimpo), de forma que, como condição de arquivamento de processo judicial, em qualquer fase, seja certificada a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários.

## **2. Recomendações específicas**

a) incluir em pauta processos na fase de execução em que se verifique potencial conciliatório (art. 108, II, da Consolidação dos Provimentos da CGJT e Recomendação TRT13 SCR nº 003/2021), destacando-se que se trata de unidade judiciária que possui grande acervo na execução;

b) incrementar o uso dos sistemas eletrônicos (Sisbajud, Renajud, Infojud, Simba, Serasajud, CNIB, CENSEC, dentre outros), de forma a buscar reduzir o tempo de duração do processo na fase de execução;

c) observar os termos da Consolidação dos Provimentos da CGJT no que se refere aos procedimentos a serem seguidos na fase de execução - determinações de reunião, suspensão/sobrestamento, arquivamentos provisório e definitivo dos autos -, abstendo-se de determinar o arquivamento definitivo dos processos com a informação de extinção da execução quando determinada a reunião de execuções em desfavor da mesma parte executada;

- 
- d) priorizar a juntada aos autos dos cálculos no momento da prolação da sentença, evitando-se nova concessão de prazos, a exemplo do ocorrido no processo 0001149-98.2019.5.13.0027;
- e) observar os termos do Ato Conjunto CSJT.GP.GVP.CGJT N°. 34/2021, e do Ato Conjunto TRT13 SGP SCR N° 003/2021, que dispõe acerca do procedimento a ser adotado pelas unidades jurisdicionais de primeiro e segundo grau do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região para a realização de audiências de conciliação em processos que tramitam em fase de recurso no Tribunal Superior do Trabalho;
- f) ao magistrado José Artur da Silva Torres, participar de capacitações voltadas, primordialmente, à conciliação, mediação e efetividade da execução, destacando-se que deve ser cumprida carga horária mínima de 30h por semestre (art. 3º da Resolução ENAMAT nº 09/2011).

#### **À Diretora de Secretaria**

- a) monitorar os relatórios fornecidos pelo Hórus e e-Gestão, a fim de verificar possíveis inconsistências na alimentação de dados pela Unidade, e corrigi-las;
- b) observar as recomendações da Ata de Correição, de forma a aprimorar o desempenho da Unidade e o cumprimento das metas do CNJ;
- c) orientar a equipe a utilizar o Gigs para controle de prazos e cadastro de tarefas, procedendo ao registro de cumprimento, para melhor identificação das atividades realizadas, especialmente os processos localizados em “Cumprimento de Providências”;
- d) incentivar a equipe a proceder à correta identificação dos documentos juntados, utilizando-se as opções constantes no tipo de documento, a exemplo de Bacenjud, Renajud, DOI, Infojud, Simba;
- e) orientar a equipe para executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, a fim de agilizar o andamento processual e prevenir que processos fiquem indevidamente paralisados, a

---

exemplo dos processos 0001149-98.2019.5.13.0027,  
0000929-37.2018.5.13.0027, 0000793-06.2019.5.13.0027,  
0077200-02.2009.5.13.0028;

f) orientar a equipe a observar os termos da Recomendação TRT13 SCR 004/2022, atinente ao procedimento a ser utilizado no PJe para elaboração de ofícios precatório/RPV, bem como registros de pagamento;

g) registrar e incentivar a equipe a efetuar com regularidade os registros, no sistema Garimpo, das contas movimentadas, por se tratar de meio imprescindível ao cômputo dos valores devolvidos;

h) incentivar os servidores a participarem de capacitações específicas voltadas à efetividade da atividade jurisdicional.

### **Aos servidores**

a) proceder ao lançamento, com regularidade, no sistema PJe, dos pagamentos e levantamentos de créditos trabalhistas, inclusive daqueles decorrentes do pagamento de acordos, bem como os recolhimentos fiscais, previdenciários e de custas, tanto na fase de conhecimento como na de execução;

b) executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, a fim de agilizar o andamento processual e prevenir que processos fiquem indevidamente paralisados, a exemplo dos processos 0001149-98.2019.5.13.0027, 0000929-37.2018.5.13.0027, 0000793-06.2019.5.13.0027, 0077200-02.2009.5.13.002;

c) observar os termos da Recomendação TRT13 SCR 004/2022, atinente ao procedimento a ser utilizado no PJe para elaboração de ofícios precatório/RPV, bem como registros de pagamento;

d) utilizar a ferramenta Gigs para controle de processos;

e) abster-se de remeter processos ao arquivo definitivo sem a informação de inexistência de contas judiciais com valores disponíveis e não sacados pelos

---

beneficiários (Recomendação TRT13 SCR Nº 004/2019), a exemplo dos processos 0000327-12.2019.5.13.0027, 0000452-14.2018.5.13.0027, 0000953-65.2018.5.13.0027;

f) participar de capacitações específicas voltadas à efetividade da atividade jurisdicional.

## **22. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante dessas considerações, o Desembargador Corregedor constata que a 1ª Vara do Trabalho de Santa Rita tem buscado o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, a fim de atingir os índices obtidos por unidades judiciárias de idêntico porte.

Registra, com satisfação, o cumprimento das Metas 2 (107,53%) e 3/2021 (114,56%), podendo-se observar que o volume de processos ajuizados nos últimos meses prejudicou o cumprimento das Metas 1 e 5, mostrando-se necessária a adoção de providências para a redução das taxas de congestionamento da unidade judiciária, nas fases de conhecimento e execução.

A evolução da 1ª Vara do Trabalho de Santa Rita no Igest é motivo de preocupação pela negativa evolução. Em março de 2021, a unidade ocupava a 139ª posição, passando para 324ª em junho, 287ª em setembro e 559ª em dezembro, caindo para o 2º quartil.

Embora se observe que o volume de processos ajuizados ao final do ano de 2021 tenha certamente contribuído para a redução da quantidade de processos baixados na fase de conhecimento, pode-se dizer que tal fato não deve ser o único a ser considerado, podendo-se citar como exemplo a 2ª Vara do Trabalho de Santa Rita, que, desde março de 2021, ocupou no Igest as posições 760ª, 852ª, 274ª e, em dezembro, a 325ª.

---

Na correição anterior, tomando-se como parâmetro todas as unidades judiciárias de idêntico porte em todo o país, a unidade ocupava a 47ª posição, tendo passado para o 216º lugar (item 12).

Noutro, norte, pelo volume de processos baixados que se extrai no ano de 2021 e nos primeiros meses de 2022, o que se pode afirmar é que, mantido o ritmo, a unidade judiciária certamente conseguirá melhores resultados, recomendando-se, portanto, que sejam as pautas monitoradas constantemente, assim como o volume de processos na fase de execução e o prazo médio na fase de liquidação, providenciando-se medidas que possam colaborar com a celeridade, a exemplo da designação de audiências na fase de execução e a utilização de ferramentas eletrônicas.

Pontua-se, por fim, que é de grande relevância a participação de magistrados e servidores em cursos específicos voltados à efetividade da atividade jurisdicional, especialmente aqueles relacionados à mediação, conciliação e execução.

Nada mais havendo a tratar, tem-se por encerrados os trabalhos nesta data, e eu, Talita Simões Leão, Secretária da Corregedoria Regional, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pelo Desembargador Corregedor, que deixa assinalado o prazo de 8 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, apresentar suas considerações.

Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, não havendo outra providência a ser tomada, archive-se.

A presente Ata será publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

THIAGO DE OLIVEIRA  
ANDRADE:101344484

Assinado de forma digital por THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE:101344484  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Autoridade Certificadora da Justiça - AC-JUS,  
ou=Cent-JUS Institucional- RJ, ou=17234115500115, ou=Videc-Conferencia,  
ou=Tribunal Regional do Trabalho da 13 Região-TRT13, ou=Magistrado,  
cn=THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE:101344484  
Data: 2022.03.30 16:59:53 -03'00'

**THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE**

**Desembargador Vice-Presidente e Corregedor**

---

## ANEXO

### VISTOS

0000312-09.2020.5.13.0027	0000170-39.2019.5.13.0027	0000411-76.2020.5.13.0027
0000046-27.2017.5.13.0027	0000121-95.2019.5.13.0027	0000846-21.2018.5.13.0027
0001149-98.2019.5.13.0027	0000929-37.2018.5.13.0027	0000369-90.2021.5.13.0027
0000961-40.2020.5.13.0005	0000745-47.2019.5.13.0027	0117400-81.2013.5.13.0005
0001338-47.2017.5.13.0027	0001369-33.2018.5.13.0027	

### DESPACHOS CORREICIONAIS

0130500-45.2009.5.13.0005	0000793-06.2019.5.13.0027	0000479-31.2017.5.13.0027
0000193-14.2021.5.13.0027	0077200-02.2009.5.13.0028	0000922-45.2018.5.13.0027
0000352-54.2021.5.13.0027	0130342-11.2015.5.13.0027	0000337-61.2016.5.13.0027
0123800-55.2007.5.13.0027	0000302-96.2019.5.13.0027	0130884-26.2015.5.13.0028
0000265-35.2020.5.13.0027	0001066-84.2016.5.13.0028	0000576-31.2017.5.13.0027
0130593-29.2015.5.13.0027		